

## ATA Nº 4.132

Aos 13 dias do mês de Abril do ano de 2016, às 18h13min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, realizou-se a **9ª Sessão Extraordinária Autoconvocada** deste Legislativo, sob a Presidência do Vereador Guido Mario Prass Filho (PP), o qual contou com a presença dos seguintes Vereadores: Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Arleu Machado de Oliveira (PP), Eduardo Carlos Kohlrausch (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB – Vice-presidente), Moisés Cândido Rangel (PSC), Régis Bento de Souza (PMDB), Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP - Secretário), Sandra Beatriz Schaeffer (PP), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PROS). Ausentes os Vereadores Adalberto Carlos Soares (PP), Lauri Fillmann (PDT) e Nelson José Martins (PMDB). Por determinação do Presidente desta Casa, Vereador Guido Mario Prass Filho a Diretora Legislativa, senhora Marilene Wagner deu início a presente Sessão Extraordinária Autoconvocada, a qual foi convocada pelo Presidente durante a 8ª Sessão Extraordinária Autoconvocada do dia de ontem (12.04). A Diretora informou ainda que esta Sessão foi divulgada através de e-mails dos endereços eletrônicos da Imprensa e site desta Casa. Para melhor andamento da reunião foi pedido a todos que colocassem seus celulares no modo silencioso ou os desligassem. A partir deste instante o Presidente do Legislativo Taquarense deu início aos trabalhos na noite cumprimentando todos os presentes e convidando os mesmos para realizarem em conjunto a Oração do Pai Nosso. Após o Presidente solicitou que a Diretora Legislativa procedesse na leitura dos Projetos de Lei nº 048 e 050/2016, acompanhado dos Pareceres das Comissões desta Casa, para discussão e votação dos mesmos.

**ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI Nº 048/2016 (Executivo Nº 039)** Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834, de 02 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 5.259 de 05 de julho de 2013. Os Vereadores Régis Bento de Souza e Moisés Cândido Rangel apresentaram Emenda (1), dando nova redação ao inciso II do Art. 4º da Lei 4.834/2011, suprimindo parte do artigo. Os membros da Comissão de Constituição e Justiça – Vereadores Roberto Timóteo, Sirlei Silveira e Adalberto Lemos propuseram Emenda (2), dando nova redação ao inciso II do Art. 4º da Lei 4.834/2011 e acrescentando o inciso VI, do artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834/2011. Sobre a matéria manifestaram-se os Vereadores Régis de Souza, Sirlei Silveira, Eduardo Kohlrausch, Moisés Rangel, Arleu Machado, Guido Mario, Telmo Vieira, Adalberto Lemos e Sandra Schaeffer. Após o Vereador Régis de Souza com apoio do Vereador Moisés Rangel **retirou** a Emenda (1) por eles apresentada ao Projeto. A pedido do Vereador Régis de Souza, o Presidente autorizou que o Parecer da CCJ fosse lido em Plenário e transcrito na íntegra nesta Ata como segue: *“Comissão de Constituição e Justiça - Parecer nº 58/2016: Projeto de Lei nº 048/2016 (Executivo nº 39) Altera o Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834, de 02 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 5.259 de 05 de Julho de 2013. Autor(a) Origem: (Executivo nº 39). Relator: Ver. Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP) I – RELATÓRIO - 1. Incumbiu-nos o Senhor Presidente da análise do Projeto de Lei em epígrafe, que altera o Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834, de 02 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 5.259 de 05 de Julho de 2013. 2. De acordo com a Mensagem Justificativa (fl. 04), o presente projeto regulamenta a instalação de postos de abastecimentos de combustíveis e serviços automotores. Tal alteração se dá em razão da entrada em vigor do Novo Código Florestal Lei. 12651/2012 de aplicação em todo o território nacional. 3. Emenda (1) proposta pelos Vereadores Régis Bento de Souza e Moisés Cândido Rangel, dando nova redação ao inciso II do Art. 4º da Lei 4.834/2011, suprimindo parte do artigo, passando o mesmo a ter a seguinte redação: II - Em terrenos que distem menos de 200m (duzentos metros) da divisa mais próxima do leito do Rio dos Sinos e Paranhana, áreas verdes e de Preservação Permanente - APPs. 4. Esta comissão apresentou Emenda (2), dando nova redação ao inciso II do Art. 4º da Lei 4.834/2011 e acrescentando o inciso VI, do artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834/2011. Art. 1º Altera o inciso II, do artigo 4º da Lei*

Municipal nº 4.834/2011, com a redação dada pela Lei Municipal nº 5.259/2013 passa a vigorar com a seguinte redação: “II – Em terrenos que distem menos de 300m (trezentos metros) da divisa mais próxima de áreas consideradas de risco, como pontes, ~~leito do Rio dos Sinos e Paranhana~~, viadutos, trevos, túneis, passagens de nível, subestações, praças, áreas verdes ~~e de Preservação Permanente~~ APPs, Parques Urbanos, associações, ginásios de recreação, templos religiosos, fábricas e presídios.” Art. 2º Acrescenta o inciso VI, do artigo 4º da Lei Municipal nº 4.834/2011, com a redação dada pela Lei Municipal nº 5.259/2013, com a seguinte redação: “VI – Em Área de Preservação Permanente sendo considerado para efeitos dessa em zonas rurais ou urbanas: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.” Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. É o relatório. II - VOTO DO RELATOR - Acolhendo a justificativa exposta, na Mensagem ao Projeto (fl. 04), pelo autor do Projeto de Lei, VOTO pela aprovação do projeto e Emendas. É o parecer. Câmara Municipal de Taquara/RS, 13 de Abril de 2016. Ver. Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP) Relator III - VOTO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO - Nos termos do § 1º do art. 75 do Regimento Interno da Câmara Municipal, os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça VOTAM O PARECER da seguinte forma: Ver.<sup>a</sup> Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB) Presidente - VOTO FAVORÁVEL ao parecer. Ver. Adalberto dos Santos Lemos (PDT) Vogal - VOTO FAVORÁVEL ao parecer.” A seguir o Presidente pôs em discussão a Emenda (2) e sobre a matéria manifestaram-se os Vereadores: Valdecir de Almeida, Telmo Vieira, Régis de Souza, Roberto Timóteo e Eduardo Kohlrausch. Posta em votação a Emenda (2) foi APROVADA pelos presentes. Ausentes os Vereadores Adalberto Soares, Lauri Fillmann e Nelson Martins. Após o Projeto acompanhado da Emenda (2) também foi APROVADO pelos presentes. Ausentes os Vereadores Adalberto Soares, Lauri Fillmann e Nelson Martins. **PROJETO DE LEI Nº 050/2016 (Executivo Nº 035)** Ratifica a pactuação do termo permissão de uso do Hospital Bom Jesus, bem como de Convênio firmado entre o Município de Taquara e o Instituto de Saúde e Educação Vida – ISEV, para manutenção de atividades hospitalares, e dá outras providências. A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização apresentaram Pareceres favoráveis ao Projeto na sua forma original. O Presidente colocou o Projeto em discussão e manifestaram-se os Vereadores: Sirlei Silveira, Régis de Souza, Adalberto Lemos, Luiz Carlos Balbino, Arleu Machado, Eduardo Kohlrausch, Roberto Timóteo, Valdecir de Almeida, Guido Mario, Telmo Vieira, Sandra Schaeffer e Moisés Rangel. Os Vereadores Valdecir de Almeida e Moisés Rangel solicitaram que suas manifestações constassem na íntegra nesta Ata como segue: **Vereador Valdecir Vargas de Almeida:** “Senhor Presidente, colegas Vereadores e plateia que nos ouve e nos assistem. O Instituto Vida que está vindo para o Hospital eu quero que fique registrado em Ata meu pronunciamento na íntegra, porque confio que venha fazer gestão bem, o Prefeito nos colocava, mas já me deixa uma questão no ar aí e tem que fazer uma pequena crítica – a forma que eles estão fazendo e o Prefeito nos garantiu que todos os funcionários de Taquara ficariam trabalhando e não é dessa forma que eles fizeram. Fizeram um provão, inclusive pessoas, técnicos de enfermagem que está fazendo faculdade de enfermagem dizem que não foi selecionado na prova. Pessoas técnicas que estavam trabalhando ali dentro, hoje informaram que não passaram e já estão desempregados. Então fica aqui meu repúdio dessa forma porque não foi isso que o Prefeito nos colocou no momento que tive uma

reunião com ele que ficaria com todos os funcionários e que isso seja cumprido. Então quero que registre na íntegra na Ata e espero sim, confio que eles vão fazer uma boa gestão porque nos municípios vizinhos como Estância Velha e Dois Irmãos eles fazem, mas também que a pactuação que fizer com o Estado que não diminua os tipos de atendimento que tem no Município, porque nosso Hospital já era regional e que continue sendo – que faça uma pactuação para que continue tendo e que continue a UTI funcionando da forma que funcionou, porque até agora em momento algum foi falado sobre a UTI, a gente sabe que o custo é alto para manter a UTI, mas que continue funcionando da forma que foi. Tá Senhor Presidente que seja na íntegra meu pronunciamento. Obrigado.” **Vereador Moisés Cândido Rangel:** “Senhor Presidente eu voto favorável ao Projeto pela importância da matéria, não que os outros não sejam importantes – todos são importantes, mas quando se trata de saúde acho que a gente tem que ter uma prioridade maior. Mas quero também que fique registrado meu pronunciamento em Ata aqui na íntegra e repetir, ser repetitivo aqui talvez no que foi dito no projeto passado, agora que nós acabamos de votar, o problema desses projetos virem de última hora um projeto dessa importância e eu aqui lembrando anotei alguns aqui – LDO, LOA, PPA, Código Tributário, no qual o Prefeito hoje responde processo, sofreu CPI aqui, a dívida com a RGE, muitos outros que me passa aqui agora da lembrança. Esses projetos não podem vir assim, pois a chance de ali na frente ter problema é grande, aí alguém diz que – há, mas a gente ouviu o pessoal da Prefeitura. Sim no Código Tributário eles ouviram o pessoal da Prefeitura e estava tudo certo e deu tudo que deu e deu o rolo que deu, entendeu – então é complicado eu só quero que fique aqui registrado a minha preocupação com este projeto vindo de última hora sem que a gente possa analisar ele mais minuciosamente. Obrigado Presidente.” Posto em votação o Projeto foi APROVADO por dez votos favoráveis e uma abstenção do Vereador Régis de Souza. Ausentes os Vereadores Adalberto Soares, Lauri Fillmann e Nelson Martins. Nada mais havendo a tratar, às 19h32min o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária Autoconvocada. E, para constar, eu Silvana Fernandes Lopes, Servidora da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e conforme Resolução Nº 004/2015, pelos Vereadores presentes nesta Sessão. Sala de Sessões, 13 de abril de 2016. Silvana Lopes.